

XXIII Encontro Anual da ANPOCS

**A trajetória do General Uribe Uribe:  
Índios, fronteiras e mitos nacionais**

Priscila Faulhaber Barbosa

Pesquisadora do Museu Goeldi / MCT

Agosto de 1999

Grupo de Trabalho “Biografia e memória Social”,

3º Sessão: “Narrativas, Identidades e demarcações do Espaço Social”

Coordenação: Dulce Pandolfi e Regina Novaes

## 1. Introdução

Na presente comunicação, sobre a biografia do general Rafael Uribe Uribe (1859-1914), a pesquisa histórica se associa com a historiografia e a etnografia, uma vez que se entrou mais detidamente em contato com este controvertido general a partir de uma pesquisa antropológica sobre os índios Miranha e a fronteira Brasil/Colômbia, quando se procurou, nos arquivos diplomáticos, esclarecer aspectos obscuros do campo social relacionado com este tema, uma vez que até 1992 parte da correspondência sobre a fronteira Brasil/Colômbia era considerada confidencial.

Seguir os passos de Uribe Uribe implica buscar aspectos de sua heroificação, considerando-se que o processo de mitificação do biografado e dos fatos construídos pela biografia produz deslocamentos de sentido que obscurecem a compreensão da memória social. Trata-se, neste sentido, de delinear algumas reflexões sobre as particularidades na Colômbia do mito do Estado (Cassirer, 1976).

No estudo desta biografia, as fontes históricas e literárias se encontram. O escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez nele se inspirou para a personagem do Coronel Aureliano Buendía, do romance Cem Anos de Solidão, no qual é retratado enquanto herói fundador da cultura política da Colômbia. Embora não caiba nos limites desta comunicação esmiuçar uma análise da narrativa, sua figura aparece como uma caricatura do poder multifacetado no nacionalismo sul americano<sup>(1)</sup>.

Evitou-se aqui abordar “a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados” (Levi, 1998: 180). Incorpora-se, deste modo, a perspectiva interpretativa, à “análise dos esquemas geradores de sistemas de classificação e de percepção”. Tais sistemas, entendidos como verdadeiras “instituições sociais”, dentro de uma abordagem das representações, são repensados a partir da ótica da intersubjetividade na pesquisa biográfica e histórica.

---

<sup>1</sup> ) Agradeço as sugestões de Doralice Romeiro e Horácio Higuchi.

## 2. Biografia e Trajetória social

Uribe Uribe nasceu na região provinciana e conservadora de Antioquia, e morreu assassinado, poucos anos antes do celebrado centenário da Independência da Colômbia. Sobreviveu à guerra dos mil dias, construindo nela uma reputação que passou a ser exercida na política interna e externa nacional, tendo atuado como diplomata do governo do General Raphael Reyes (1904-1909), quando se envolveu com assuntos indígenas. De formação progressista e influência socialista, constituiu uma rede Liberal e um Bloco Operário, provocando divergências entre seus correligionários no Partido Liberal (Bethell, 1989:649). É destacada pelos biógrafos sua energia intelectual, registrando-se que publicou sobre café, incremento de pasto cultivado, banana, índios e fronteiras.

O exame da sua biografia é uma forma de mostrar uma “série de posições sucessivamente ocupadas” no cenário político colombiano, “sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1998: 189). Trata-se, assim, ao focalizar aspectos do seu itinerário, ou seja, os diferentes pontos da sua trajetória na “estrutura da rede” social. “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos” localizados e distribuídos “nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital” simbólico e político. A reconstrução do “conjunto de relações objetivas” que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo” é mediada pela identificação do “conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos” (Bourdieu, 1998: 190).

A identificação das diferentes posições ocupadas por Uribe Uribe, das sucessivas emboscadas e atentados - literalmente - com os quais se deparou em sua trajetória, implica a colocação em questão da “filosofia de identidade” que sustenta o “modelo da apresentação de si” tornado oficial nos registros biográficos (Bourdieu: 1998:188).

Na biografia sancionada como Prólogo de suas Obras Seletas (Uribe Uribe, 1979), o Presidente da *Camara de Representantes* da Colombia em 1979 destaca a sua ação como homem de armas em seu aspecto épico, afirmando que recebeu seu batismo de fogo na batalha de *Los Llanos*, 31 de agosto de 1876, quando, com 17 anos, feriu gravemente

seu joelho esquerdo. A partir de então, “atuou como revolucionário integral, aproveitando as prisões como pausas e reempreendendo o combate com homens e em lugares imprevisíveis”. Porém, Uribe Uribe é visto antes por sua “audácia como pensador político” do que por seu “arrojo militar”(Eastman, 1979:11). Também é ressaltada sua vocação para as articulações políticas na conquista e preservação da paz (Eastman, 1979:12).

Na tomada de posições ideológicas no debate entre liberalismo e clericalismo que antecedeu a guerra, Uribe, apresentando-se com uma perspectiva humanitária e defensora do livre exame da consciência, em 1898 publicou uma carta aberta no jornal *El Autonomista*, dirigida ao Arcebispo de Bogotá, Bernardo Herrera Restrepo, solicitando-lhe apoio nas reformas sociais e políticas reclamadas pelo Liberalismo. Considerando como superada a postura anticlericalista dentro deste Partido, reconhecia o contrapeso das forças do Partido Liberal e da Igreja.

A partir de 1902, até sua morte, sua atuação foi construída em termos da normalidade institucional, advogada no “estudo das condições do desenvolvimento e do bem estar da nação”. Desempenhou vários papéis, como parlamentar e diplomata, como investigador e conferencista, como professor e jornalista.

Ao fim da guerra dos Mil Dias, ou dos Três Anos (1899-1902), subscreveu o convênio de Neerlandia, 24 de outubro de 1902, ao que consta, guiado pela convicção das perspectivas de uma paz duradoura. As mesma convicção lhe teria sugerido a afirmação otimista de seu discurso de Barranquilla, de 26 de dezembro do mesmo ano: “Creio firmemente, senhores, que todos os que pertencemos a esta geração infortunada, podemos jactar-nos de haver visto a última guerra civil da Colômbia”.

Atuou como ideólogo da renovação do cenário político no Estado Nacional nascente na Colômbia. Em sua célebre conferência de 1907 no Teatro Nacional de Bogotá a qual versou sobre o “Socialismo de Estado”, propôs uma reforma de “cima para baixo”.

O biógrafo lembrou que, no contexto do fascismo, as reformas implantadas de um ângulo distorcido serviram exatamente a objetivos contrários do proposto em termos de um discurso democrático (Eastman, 1979: 14). Nos embates colombianos, no entanto, a organização de uma República Democrática passava pela idéia da defesa das liberdades dos cidadãos e da implantação de uma ordem social inspirada no modelo do Liberalismo clássico. O discurso de Uribe Uribe expressava uma crítica interna a este modelo, dentro de um partido em crise, crise esta que atravessara sucessivas guerras civis. O projeto de um Estado Unitário, inspirado no utopismo federalista, lhe teria custado caro. As bases

para a implantação de uma República Federativa estariam minadas pelas disputas entre representantes regionais (Eastman, 1979:14).

Destacaram-se, entre as posições ocupadas, a participação a partir de 1905 do Ministério Plenipotenciário do Governo Reyes, do Partido Conservador, como diplomata ante os governos do Chile, Argentina e Brasil. Por esta participação foi recriminado pelos correligionários, que lhe acusaram de oportunismo (Bethell, 1849: 649). Muitas acusações manifestaram-se contra o fato de ter colaborado com o governo Reyes quando retornou à Câmara de Representantes, em 1909, posteriormente, em 1911, ano que fundou o Diário El Liberal, eleito para o Senado pelos Departamentos de Antioquia e Caldas. No dia 7 de agosto de 1914, sessenta e oito dias antes da morte de Uribe, ascendeu ao poder o conservador José Vicente Concha, cuja candidatura Uribe apoiou contra a obstinação de outros chefes liberais (Eastman, 1979:16).

Seria simplismo reiterar a oposição entre liberais e conservadores, uma vez que se indicaram pontos em comum nas práticas de membros de cada um destes partidos, como a busca do eleitorado rural como base política e a coordenação da atividade política por um grupo urbano profissional (Abel, 1987:16). Como eram provenientes da mesma elite que controlava a política, cada uma das duas vertentes poderia representar simultaneamente os proprietários de terra, comerciantes e profissionais liberais. Foi registrada tanto a defesa do livre comércio por conservadores quanto do protecionismo seletivo por liberais, observando-se que o principal foco das lealdades políticas e afiliações partidárias era o grupo de família, fazendo-se assim prevalecer a ética clientelística no sentido da manutenção do patrimônio.

A igreja, valendo-se de sua imagem de instituição firmemente enraizada no passado da Colômbia (Abel, 1987:29), apresentava-se como força progressista e unificadora, pois promoveria a auto-identificação das tradições locais, ao mesmo tempo que mantinha um compromisso tático com a elite liberal, em termos de uma política de boa convivência entre os mais exaltados. Essa aliança entre Estado e a Igreja contribuiu para a manutenção de um domínio conservador (Abel, 1987:59), que oscilou entre uma atitude paternalista e uma estrita posição de lei e ordem.

Os liberais e os conservadores representavam posições complementares no jogo político de preservação do poder nas mãos das elites. A título comparativo, cabe lembrar a alusão bíblica do romance de Machado de Assis, sobre os dois irmãos Esaú e Jacó

brigando no ventre materno, referente a embates engendrados no surgimento da República no Brasil, posterior ao da Colômbia.

No plano colombiano, traçou-se um paralelo entre Uribe Uribe e Benjamin Herrera, outro expoente do liberalismo colombiano, que se destacou mais como soldado, embora também tenha construído uma carreira política em tempos de paz, e incentivado, ao fim de sua vida (antes de sua morte, em 1924), a criação da Universidade Livre. Apesar de ter sido seu rival, muitos o viram como seu “camarada nas grandes contendas”, pois ambos reviveram o lema bolivariano da “pátria acima dos partidos”. Por este lema, precisaram depor os orgulhos fratricidas, cultivados por muitos, inclusive no interior das próprias fileiras liberais” (Eastman, 1979:12). As rivalidades entre suas carreiras políticas individuais dentro do partido liberal, geraram tensões apontadas como um dos motivos do atentado que resultou na morte de Uribe Uribe (Bethell, 1989: 649). Outras fontes indicam que as campanhas de calúnia e difamação visavam atingir sua imagem enquanto símbolo da expectativa de consolidação da paz republicana, dentro de um movimento de renovação dentro do partido liberal. Na investigação sobre sua morte, realizada mediante processo, no qual depuseram pessoas de diversos níveis sociais e culturais, não se inferiram provas que os assassinos houvessem cumprido ordens de algum mandante específico. Segundo consta, os artesãos Leovigildo Galarza e Jesús Carvajal, que o assassinaram ao meio dia do dia 15 de outubro de 1914, agiram conforme seus próprios impulsos. O plano teria surgido deles mesmos, ainda que mais diretamente em Carvajal, por sugestão do ambiente cultivado pelos oradores e publicistas hostis a Uribe Uribe, que lograram suscitar contra ele o ódio dentro das fileiras populares do próprio liberalismo bogotano, às quais pertenceriam Galarza e Carvajal (Eastman, 1979:8).

Outra interpretação de sua morte evocou a acusação de cumplicidade dos jesuítas no assassinato de Uribe Uribe, uma vez que os mesmo influíam deliberadamente no processo político, pendendo a balança para o conservadorismo (Abel, 1987:35). Outra interpretação ainda, levou a refletir sobre os embates fronteiriços, relacionados com os índios e os mitos nacionais, sobre os quais a pesquisa para esta comunicação se deteve.

### 3. O general Uribe Uribe: entre a diplomacia, a construção nacional e o indigenismo

O Gal Uribe Uribe(1960) relacionava a história econômica nacional colombiana com os problemas sociais. Considerado nos dias de hoje uma vertente progressista do

pensamento liberal, propunha meios pacíficos para lidar com os índios face à visão, de conservadores e liberais, que os "selvagens" representariam uma ameaça (Pineda, 1984:207). No entanto, apesar de seu discurso político progressista, isto não impediu que as alianças de conservadores e liberais contribuissem para a perpetuação de interesses patrimonialistas.

A defesa dos aborígenes estava associada à idéia de construção nacional na Colômbia no discurso e nas práticas da vertente liberal civilista representada por Uribe Uribe. Em seu livro Por La America del Sur, este tratou de ampla variedade de temas, entre os quais, antropologia e fronteira. Em sua memória sobre a “redução dos selvagens”, assinada em fevereiro de 1907, no Rio de Janeiro (Uribe Uribe, 1979:309), observou que apenas uma reduzida parte central da Colômbia estaria ocupada pela população cristã, estando em poder do "selvagem" toda a circunferência, assim como também as regiões mais férteis. Pregou uma solução pacífica no sentido da proteção sobretudo daqueles que viviam na fronteira e de "procurar ensinar os índios a cumprir deveres patrióticos" (Uribe Uribe, 1979:310), e impedir que "se lhes assassine, explore, corrompa e escravize por estrangeiros desalmados". Defendeu a idéia que a formação da nacionalidade justificaria a necessidade e conveniência da “redução”, que significaria a conquista de territórios e braços úteis.

Evidencia-se aqui o paralelo entre as figuras de Uribe Uribe e o Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), pois ambas se constroem a partir de narrativas de fundação de Estados Nacionais, as quais tiveram como outra face uma dissociação entre as estratégias de legitimação do Estado e as possibilidade de exercício dos direitos dos cidadãos indígenas. No discurso indigenista instituído com a Fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Brasil, a categoria “índio” era concebida como uma transição para a categoria “trabalhador nacional” (Souza Lima, 1995:220). No Brasil, a sujeição dos índios foi produzida, em um processo de integração à instituição política, representada como nacional, através de dispositivos de poder que transformaram as formas de organização anteriormente existentes<sup>(2)</sup>.

Em sua formulação de um discurso ingenista, Uribe Uribe tomou como exemplo o Putumayo (Uribe Uribe, 1979:310). Como os colombianos não tinham definido nenhuma

política de ocupação para a área, os peruanos aproveitaram o trabalho dos índios no caucho para a conquista do território. No entanto, considerava que a casa Arana (*Peruvian Amazon Rubber Company*) companhia peruana com sede na Inglaterra que explorava comercialmente a goma elástica amazônica - enganava os índios, habituando-os ao álcool, fazendo-os matarem-se entre si, reduzindo-os à escravidão, "arrebatando a estes filhos da Colômbia para mandar-lhes a Iquitos e outras colônias usurpadas" onde eram vendidos. Para Uribe, o governo colombiano deveria definir uma política de redução e colonização do Caquetá para que os índios continuassem trabalhando ali na extração do caucho. Esta política iria representar, segundo ele (Uribe Uribe, 1979:330), a conquista de 2/3 do território nacional, que não poderia ser povoado sem tomar conhecimentos dos "bárbaros"(sic), assim como a aquisição de 300.000 braços para as indústrias extrativa, pastoris e de transportes, braços estes que seriam também os mais próprios para a defesa das fronteiras. Os habitantes nacionais deveriam ser conduzidos, concomitantemente, para povoar as regiões mais desertas ou aquelas às quais se poderia ir aproveitando o conhecimento dos índios. A importação de colonos estrangeiros não era descartada, embora fosse colocada para segundo plano.

Na leitura deste discurso de intervenção do Estado sobre a colonização, observe-se a inversão estabelecida face ao discurso colonial: embora visto por ambos como "homem selvagem" (a própria expressão indica um oxímoro) o índio é visto como "bárbaro", e o mesmo deixa de ser considerado como contrário à civilização, à medida que seja transformado em trabalhador nativo, útil à construção nacional tanto como força de trabalho e quanto por seu conhecimento de territórios desconhecidos pelos atores nacionais, e que se tornam assim aos seus olhos passíveis de nacionalização.

Como diplomata, Uribe Uribe tomou partido contra os caucheiros colombianos que agiam como intermediários dos interesses da Casa Arana. Os intermediários colombianos trabalhavam para a Casa Arana e agiram em proveito dos interesses peruanos. Uribe Uribe participou de um movimento civilista que resultou na instauração do processo criminal contra os envolvidos com um "sindicato do crime", que "traficaram" (comercializaram clandestinamente) parte do território colombiano. Neste processo, desvendou-se uma teia de cumplicidades entre caucheiros colombianos que agiam como intermediários da Casa Arana, evidenciando-se a rede de envolvimento na qual esteve comprometido inclusive o

---

<sup>2</sup>) O paralelo entre Rondon e Uribe Uribe tem uma significação especial para os índios que foram deslocados através fronteira Brasil Colômbia, e reterritorializados no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, época que corresponde à fundação e implantação do



Presidente da República, o Gal. Reyes. Esta rede se estendia a Ministros de Estado, acusados, juntamente com Reyes, de “Traição à Pátria”(Gomez, 1993).

Em um artigo sobre as vítimas da Casa Arana, Uribe Uribe (1911: 41-53) indicou que a ação de estabelecimentos comerciais como a Casa Arana teria por regra, em sua influência nefasta, os atos de etnocídio, genocídio e ultraje aos valores nacionais, chegando o assassínio deliberado - a atingir indivíduos, famílias e grupos sociais que viessem a representar impecilhos à consecução de seus interesses. Uribe Uribe (1911: 52) registrou a morte por envenenamento do colombiano Benjamin Larranaga, que tinha favorecido a entrada de peruanos no Putumayo. Teria se manifestado contrário aos procedimentos de seu sócio J.C.Arana e foi substituído por Juan Batista Vega, que também traiu os interesses de seu país. Com a colaboração deste sócio colombiano, a casa Arana atingiu seus objetivos de dominar o território e os negócios. Esta empresa se supriu no Caquetá de fundos para estabelecer uma sucursal em Manaus, da qual o próprio Arana gerenciou, substituído posteriormente pelo brasileiro J.G. de Araújo. Tratava-se de estender seu comércio a outros afluentes do Amazonas, e tentar vender em N.York os seus pretendidos direitos, com o objetivo de acobertar qualquer contingência sobre a “soberania” (sic) dos territórios litigiosos.

Segundo Uribe Uribe, Rafael Tobar e Cecílio Plata, intermediários do caucho no Putumayo, foram presos em La Chorrera, tendo sido levados a Iquitos e pressionados a assinar um documento no qual cediam seus direitos à Casa Arana. Plata desligou-se da firma e mudou-se para Manaus, fixando depois residência em terra colombiana, acima da boca do Apaporis no Caquetá, continuando ali a trabalhar como intermediário em negócios da extração do caucho. Arana os teria tirado do Putumayo porque se ali os tivesse deixado, não teria sido tão fácil ao Peru estabelecer sua “soberania”, com o monopólio dos negócios pela Casa Arana(Uribe Uribe, 1911:52). Mas os interesses expansionistas da empresa não se restringiram ao Perú, e atuação de Plata no Caquetá, vista como um estorvo. Segundo os jornais, Plata teria sido assassinado pelos índios. Imediatamente após sua morte, contudo, duas lanchas da Casa Arana zarparam de Manaus com destino ao Apaporis, a fim de apoderar-se dos despojos de Plata e conquistar o domínio territorial da parte baixa do Caquetá. Isto se passou durante a crise do caucho, que liquidou a Casa Calderón, que trabalhava com índios Uitotos, e a Casa Perez Arana, que vendeu seus direitos ao sócio colombiano Hipólito Perez, forçado pela dívida a aceitar uma transação desigual, na qual se

via em condições inferiores. Na trilha destas ações, registra-se o assassinato da família colombiana Gutierrez, que trabalhava no caucho no Putumayo (Olarte Camacho, 1911:113).

Nos documentos consulares brasileiros, encontraram-se informações sobre estes negócios, considerados escusos. Em ofício reservado enviado ao governo do Amazonas, se tratou de detalhes referentes à atuação de caucheiros colombianos que, defendendo seus próprios interesses, travavam relações comerciais com a Casa Arana, que monopolizava a exploração do caucho no Perú, o que teria provocado tensões diplomáticas pois era considerado que estes caucheiros produziam uma situação litigiosa que provocava a exaltação dos ânimos nacionalistas na Colômbia e no Peru<sup>(3)</sup>.

Registrou-se, nos citados documentos consulares, o temor que as firmas colombianas já estabelecidas no Putumayo e Apaporis poderiam servir de base à penetração "pacífica" do território brasileiro pela Colômbia. Segundo o diplomata brasileiro Enéas Martins, pensava-se em uma aduana colombiana no Tiquié para atestar "soberania" da Colômbia sobre o território brasileiro. Esta soberania seria viabilizada por comerciantes que exploravam a região: Calderón, Zapata e Plata, os quais, com sua gente, tinham já estabelecimentos, ou pequenos postos, onde iriam trabalhar. Plata era proprietário do imóvel Marino (grifo no original), à margem esquerda do Apaporis. Calderón era proprietário do estabelecimento La Libertad, à margem direita do Apaporis, perto de onde houve a missão portuguesa de Curatus, e de outro perto da cachoeira de Juruparis. Os Calderón, não se tendo entendido com a firma Cano, Cuello & Cia, concessionária de largas terras entre o Putumayo e o Caquetá, venderam as propriedades que tinham nos terrenos desta concessão à Casa Arana de Iquitos, movimentando £ 2.000 (libras esterlinas), e passaram a se voltar ao Apaporis e Uaupés, onde em 1907 não existiam concessionários que gozassem da mesma proteção a eles concedida <sup>(4)</sup>.

O Cônsul da Colômbia em Manaus, Santiago Rozo<sup>(5)</sup> também os via com maus olhos. Dizendo conhecer vários dos personagens comprometidos em negociações com os Arana, Rozo afirmou: "Jamais me entendi sobre os assuntos do Consulado com o Sr

---

<sup>(3)</sup>Carta de Enéas Martins a Rio Branco, de 30 de janeiro de 1907 -MDBB -O(Arquivo Histórico do Itamarati/RJ).

<sup>(4)</sup> Pode-se supor que foram estes caucheiros colombianos com estabelecimentos no Brasil que transportavam os Miranhas até o Japurá brasileiro, e como os submetiam a explorações, estes se teriam refugiado, para o Jubará, no baixo Japurá e como ali era um porto de passagem, posteriormente migraram para o Médio Solimões, porque eram perseguidos pelos caucheiros colombianos, conforme exposto em depoimentos dos Miranhas brasileiros(Faulhaber, 1996).

<sup>(5)</sup>ROZO, Santiago. "Informe del Consul General de Colombia en Manaus, República de Brasil" Archivo Nacional de Colombia. Sección República, Fondo Ministério de Gobierno. Sección 1º, tomo 665 Folios 293-304.

Carlos Calderón, Ministro de Relaciones Exteriores, entre outras causas, porque sempre desconfiei das virtudes cívicas e do patriotismo do Ministro Calderón". Citou ainda Pizarro, um dos concessionários do "célebre" contrato Cano, Cuello y Pedro Antonio Pizarro, nomeados pelo Gal Reyes, para representar a Colômbia na aduana do baixo Caquetá, sendo que de fato estariam sendo representantes dos interesses da casa Arana. Rozo disse sentir-se acuado pelas acusações de ministros e periódicos. No entanto, não considerou atitude culposa "ter enfrentado os peruanos, e ter escrito contra Júlio Cezar Arana e Hermanos através da imprensa, ter apresentado provas que cidadão colombianos haviam confabulado com Julio Arana para "entregar-lhe por traição o Caquetá aos peruanos", ter nomeado as autoridades no baixo Caquetá para impedir a invasão peruana, e ter defendido a soberania de Colômbia e os interesses dos colombianos com o mais ardente e puro patriotismo". Um dos motivos de irritação foi que Rozo havia enviado Carlos Calderón e Enrique Stemberg com armas para o intendente do baixo Caquetá, e estes as venderam, com o concurso de Pizarro. Quando Pizarro estava no exercício de suas funções de Administrador da Aduana, Felipe Cabrera matou um índio em sua presença, sem qualquer reação contrária de Pizarro, que encobriu o delito.

O cauchero Calderón, que teria se valido de seu parentesco direto com representantes do governo e com o próprio presidente Florentino Calderón Reyes, era irmão do então Ministro da Fazenda, Carlos Calderón Reyes, ambos sobrinhos do Presidente Reyes. Em processo judicial promovido na Colômbia, caiu sobre o próprio Reyes a acusação, ante o Procurador Geral da Nação, pelo delito de traição à Pátria, como cúmplice, já que durante seu mandato e sob sua assinatura se aprovou a concessão à Sociedade Cano, Cuello, Pedro Antonio Pizarro e Companhia. Esta sociedade cedeu direitos, segundo o texto da acusação, à Casa Arana, iniciando assim, segundo este processo, a usurpação do território colombiano e o genocídio de caucheros indígenas no Putumayo e Caquetá (Gomez, 1993:7).

A acusação à administração Reyes incidiu sobre o fato da conivência com o genocídio cometido pela Casa Arana, do quais Reyes estaria suficiente informado, tendo sido inclusive denunciado como sócio de Arana<sup>(6)</sup>. A atuação de seu governo no tocante à salvaguarda da soberania do território e a proteção dos cidadãos colombianos se restringira a meros convênios escritos, vivendo os colonos e caucheros colombianos

---

<sup>(6)</sup>GONZÁLES, 1923: Archivo General de la Nación/Colômbia ANC, Fl 18.

pobres em desamparo dentro do sistema de terror sob o qual eram naturalizados delitos de roubos e assassinatos no rio Caraparaná.

Estas questões estratégicas vinham sendo consideradas pelos órgãos consulares de muitos países de toda América e Europa<sup>(7)</sup>. Em 1906, as relações diplomáticas entre Reyes e USA eram comentadas nos documentos consulares ingleses, tendo sido observado que seria importante para Washington que Reyes mantivesse controle sobre o país <sup>(8)</sup>, citando-se atitudes personalistas de Reyes, e o impacto da crise política sobre a estabilidade do Ministro Calderón, elogiado pelo Vice-Consul Inglês. Estava no poder o partido conservador/clerical, com oposição do partido liberal. Segundo opinião do diplomata inglês o clamor, contudo, saía da esfera das disputas partidárias e os sentimentos hostis se dirigiam diretamente contra Reyes. Levantou-se a possibilidade que Reyes levasse o Cônsul britânico a suspeitar que o seu sucessor suspenderia a concessão à Casa Cano<sup>(9)</sup>.

Os peruanos consideravam que a atuação da Casa Arana justificaria o reconhecimento do território como peruano, ao passo que os colombianos estariam se aproveitando da polêmica em torno da violência e do extermínio dos índios para contestar a autoridade dos peruanos sobre a região, que era matéria de litígio entre os dois países.

A imprensa peruana veiculou informações oficiosas sobre o triunfo de Rio Branco em conseguir que a Colômbia abandonasse a teoria dos limites coloniais, e de que o Gal Uribe Uribe teria dado uma indispensável contribuição para que Colômbia renunciasse<sup>(10)</sup>.

Uribe Uribe<sup>(11)</sup> comunicou a Rio Branco, em novembro de 1906, ter tomado conhecimento do envio de tropas peruanas ao Putumayo e da condição de inferioridade dos representantes colombianos que comerciavam na região, e negociou <sup>(12)</sup> a retirada de destacamentos do Putumayo<sup>(13)</sup>. Uribe Uribe tratou com o Ministro brasileiro da fronteira político-administrativa com o Brasil e da criação de uma Prefeitura e quatro subprefeituras no município de Tefé para assinalar os limites no Japurá/Caquetá. Não admitia as pretensões do Brasil ao domínio sobre o território do Apaporis.

---

<sup>(7)</sup>Public Record Office (PRO - Londres), *Correspondence respecting the affairs of South and Central America*.1906-1920 (FO - 420:237-257).

<sup>(8)</sup>Colômbia estaria reivindicando aos EUA indenização política pela perda do Panamá PRO. Carta do Vice Consul Dickson ao Chanceler Eduard Grey, 6 de junho e 25 de julho de 1906.

<sup>(9)</sup> Carta do Vice Consul Dickson ao Chanceler Eduard Grey de nov de 1906.

<sup>(10)</sup>EL Comércio, Lima, 10 de outubro de 1906, MDBLP - O.(AHI)

<sup>(11)</sup> NR, carta de 28 de junho de 1906 que trata de um informe confidencial(AHI).

<sup>(12)</sup>Carta de 30 de outubro de 1906(AHI).

<sup>(13)</sup>NR, Carta de 26 de novembro de 1906, ao MRE(AHI).

Em sua resposta, Rio Branco, já em 1907, fazendo menção ao Decreto 797, no qual se colocava em pauta a criação das referidas divisões administrativas brasileiras, o mesmo reportava às reservas de Uribe Uribe, derivadas da alegação de direitos pela República de Colômbia sobre os territórios do Japurá e Caquetá. Segundo Rio Branco, a redação estaria errada, devendo ser entendido que o Brasil desistia de seus antigos direitos ao território compreendido entre a bacia do Apaporis, ao norte, à margem esquerda do Japurá, desde a confluência do Apaporis até a do Cumiari ao Sul, e aos montes de Araracuara, a Oeste, desde os tratados de 1853 e 1869 (14).

Os comerciantes peruanos negociavam com sindicato americano em N. Yorque por intermédio de Abel Alarco, ex consul peruano na Amazonia e chefe da Casa Arana em Manaus (Robuchon, 1907:78), por 500 dólares, venda de terras no Igaraparaná, Chorera, Caraparaná e à margem do Putumayo (15). Os meios diplomáticos brasileiros consideraram suspeita a participação de sindicato americano nas negociações de Arana Hermano & Comp. Extrapolavam-se assim os conflitos fronteiriços, uma vez que os mesmos faziam parte das tramas e das transações de agentes das metrópoles, como inclusive encenado pelo jovem Brecht na peça "Na selva das cidades", conforme lembrado por Taussig(1987). Ainda que a busca de ajuda externa nos EUA se registrasse, dentro do espírito de solidariedade entre as nações americanas, em várias outras situações. O próprio Uribe Uribe buscara em 1901 ajuda financeira em N.Y.- para ajudar a chamada Revolução Liberal, que eclodira em 1899. Mas no caso do Putumayo, as negociações eram mal vistas pelos representantes diplomáticos. Rio Branco (16) considerou "comprometedora e perigosa" a vizinhança de colônias estabelecidas onde era conhecida a existência um sindicato estrangeiro. Sobretudo porque fatos considerados suspeitos, como o assassinato de Cecílio Plata, ocorrera na rede destes acontecimentos(17). Como reação, os Arana prepararam uma expedição para apoderar-se da empresa de Plata e do baixo Caquetá e Apaporis. Uribe Uribe pediu a Rio Branco para instruir as autoridades de Manaus que proibissem ou dificultassem de alguma maneira a saída de lanchas peruanas para o Caquetá, as quais ainda transportavam -

---

(14)Carta de 9 de outubro de 1907 -282/3/17, NTE(AHI)

(15)Telegrama enviado pelo Ministro da Colômbia ao Gal Uribe Uribe sobre um telegrama enviado pelo governador do Estado do Amazonas,Manaus, 27 de maio de 1907(AHI).

(16) NTE,27 de maio de 1907 -282/3/17(AHI).

(17)NTE, 4 de junho de 1907-282/3/17.Em anexo, Projeto de Tratado de comércio e navegação fluvial entre Colômbia e Brasil, em execução do propósito consignado no artigo IV do tratado de limites de 24 de abril de 1907. Art. 15 trata da proibição e punição do tráfico de indígenas pela fronteira Brasil-Colômbia(AHI).

clandestina e ilegalmente - índios para trabalharem no Brasil. Rio Branco retrucou que não poderia intervir sobre ações concretizadas fora do território brasileiro.

A eminência de eclosão de conflito no Putumayo, e perigo de derramamento de sangue noticiou-se em Lima pelo jornal *El Comercio*, dia 10 de fevereiro de 1908<sup>(18)</sup>. Não se trataria de conflito entre caucheiros, mas entre tropas regulares do Peru e forças colombianas militarmente organizadas. O estopim teria sido a destruição por colombianos da "fazenda" de Arana, o que resultou em expedição punitiva enviada pelas autoridades peruanas a bordo dos vapores *Cosmopolita* e *Liberal* (de propriedade da Casa Arana), acompanhados pela canhoneira *Iquitos*.

O governo peruano almejava ruptura com o governo colombiano para permitir o avanço dos seus colonos no território litigioso, os quais tinham instruções para passar o Japurá e estabelecer-se no Uaupés.

A violenta refrega de três dias entre destacamentos colombianos e peruanos em Puerto Cordoba (Combate de la Pedrera), na margem direita do Caquetá (Japurá), em frente à boca do Apaporis, em julho de 1911, desencadeou-se como resposta à destruição por colombianos da "fazenda" de Arana, o que resultou em expedição punitiva enviada pelas autoridades peruanas a bordo dos vapores *Cosmopolita* e *Liberal* (de propriedade da Casa Arana), os quais, acompanhados pela canhoneira *Iquitos*, derrotaram os colombianos.

Representantes do Brasil e Venezuela se dirigiram aos respectivos governos para interpor a mediação. Dirigiram-se também ao Ministro de Relações Exteriores da Colômbia, Uribe Uribe, e ao enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Peru em Bogotá. Em reunião com representantes do Chile e Equador, foi decidido que a Colômbia devia fazer cumprir o acordo provisório Colômbia/Peru de 19 de julho de 1911.

O embaixador brasileiro Lauro Muller tinha informações obtidas em fonte segura que o jornal *La Union* defendia expressamente os interesses da Casa Arana, sendo por esta companhia financiado, e acusava o governo britânico de imperialismo. As acusações publicadas em periódicos colombianos sobre o Putumayo e a evocação dos crimes contra os índios seriam orquestradas em proveito da reivindicação pela Colômbia do território do Putumayo, que pertencia àquela data ao Peru. Em 1913, o juiz criminal Rômulo Paredes (da corte superior de Iquitos) instaurou processo criminal, decretando-se ordem de prisão contra 42 colombianos, como culpados de crime. Segundo a imprensa peruana<sup>(19)</sup>, os

---

(29) MDBLP - O(AHI).

(19) *La Prensa*, Lima, 8 de agosto de 1913(AHI).

colombianos levantavam argumentos comunitários, mas cometiam atos tão bárbaros quanto os peruanos, muitas vezes também a serviço da Casa Arana.

Em suma, Uribe Uribe participou na controvérsia sobre a fronteira da Colômbia com o Peru e o Brasil no sentido de valorizar a prática civilista e os ideais nacionais colombianos diante dos Estados Nacionais fronteiriços, ao passo que se registravam acusações entre colombianos, brasileiros e peruanos a respeito da escravidão e comercialização clandestina de índios escravizados.

Parece sugestivo que o assassinato de Uribe Uribe tenha ocorrido na suíte dos episódios relacionados com o processo criminal que envolveu a acusação de eminentes personalidades colombianas, de “traição à pátria”. Mas o que interessa para os propósitos deste trabalho é a correlação entre as diferentes posições ocupadas pelo protagonista, e para isto trata-se de distinguir as concepções militar e diplomática, sendo que, no pensamento e nas práticas indigenistas, verifica-se uma imbricação destes diferentes campos.

A concepção militar se informa na definição de "fronteira viva", instituída pela ação da força armada. A crítica sociológica mostra que a mesma não consiste em uma entidade natural, pois não se concebe sem que se considere a intervenção, que supõe as noções de ação deliberada e de conflito, que induzem as flutuações ou ambiguidades das linhas de demarcação.

A concepção diplomática parte da idéia de contrato social ou consenso entre as partes. A reflexão sobre os documentos consulares transmite a idéia de que os diplomatas que representavam o governo dos diferentes países chegavam a um consenso a partir do reconhecimento da instituição de limites político-territoriais em situações onde prevalecia a ocupação primária, e esta se dava mediante a negação do direito dos povos pré-colombianos, excluindo-os dos direitos de cidadania.

O discurso contra a escravidão indígena aparece associado à preocupação de “colonização das fronteiras” e de demarcação de territórios considerados não suficientemente estruturados. Nestes embates, se evidenciou uma rede de envolvimento que perpassava a estrutura social, dos caucheiros exploradores dos índios a Ministros de Estado e ao próprio Presidente, que atuavam como intermediários de interesses econômicos contrários aos interesses nacionais colombianos. A argumentação sobre a defesa da soberania de tal ou qual país construiu-se dentro de uma trama social que produziu o

ocultamento dos mecanismos de dominação colocados em prática por uma rede de poder, que atravessava as fronteiras nacionais<sup>(20)</sup>.

Muitas páginas restam a escrever sobre os métodos com os quais foram silenciados aqueles que se pronunciaram contra a violência. Estes pronunciamentos se registravam no debate pelos princípios nacionais, debate no qual se incluiu a defesa da dignidade de índios, caucheiros e colonos pobres, transfigurada em mito político na heroificação dos autores das denúncias dos crimes contra a humanidade. Assim se produziram lacunas na história das vítimas, nela incluídos amplos setores sociais, entre os quais cabe destacar os povos indígenas.

#### 4. Considerações finais: biografia, narrativa literária e memória social no contexto da interpretação histórica

A abordagem histórica toma como seus, na biografia, questionamentos e técnicas da narrativa literária (LEVI, 1998: 168). As mesmas incertezas do caráter fragmentário dos personagens dramáticos, tal como foram reveladas pela teoria da narrativa literária, conferidas à interpretação na narrativa histórica, mostram aspectos contraditórios da construção identitária.

Num movimento inverso, a personalidade multifacetada do Gal. Uribe Uribe, e seu papel na fundação dos mitos nacionais da Colômbia é apresentada na construção da personagem do Coronel Aureliano Buendía por Garcia Márquez, reconhecidamente influenciada por Uribe Uribe (Márquez, 1982: 11). A própria trajetória do escritor foi alterada durante a eclosão da chamada “Violência” a partir dos episódios que sucederam a morte do líder liberal e populista Jorge Gaitán no centro de Bogotá, em 1948. Com o “Bogotazo”, a eclosão de sublevações populares contra o controle do poder presidencial por uma minoria, deitaram em ruínas as metrópoles e povoados economicamente importantes da Colômbia.

Fechadas as universidades de todos os grandes centros, Márquez decidiu transferir sua matrícula de estudante de Direito para Cartagena. Por estas circunstâncias, reeditou sua estréia como jornalista e cronista social na área Costeira, entre Cartagena, Sucre (sua cidade natal) e Barranquilla, em um retorno à “província” (Gilard, 1981:5/10). Ali, dada a estrutura feudal das plantations agropecuárias, também não se estava a salvo da Violência. Mas o escritor encontrava uma aproximação com as fontes culturais particulares, locais,

---

<sup>(20)</sup> Para uma discussão da teoria da soberania, consultar Foucault, 1999.



não metropolitanas. Um século após a morte do Gal Uribe Uribe, Márquez formulou a estrutura genealógica de seu romance Cem Anos de Solidão (1982), tomando como fonte de inspiração a forma de sua avó contar histórias (Márquez, 1982:33). O motivo do tronco que brota de um cadáver, cuja seiva frutifica a árvore sagrada, fornecendo alimento aos vivos, parece se nutrir dos mitos indígenas- apesar de Garcia Márquez, talvez por sua formação costeira, não ter delineado no Coronel Buendía uma faceta indigenista. O horror da morte e da violência coexiste com uma circularidade concebida a partir das diferentes formas do tempo da vida: o tempo da zoologia, da geologia e da botânica. Mas como o tempo é irreversível, o horror da morte não se redime. Heroificado como pai fundador dos mitos nativistas, Márquez reconfigura o caudilho mestiço na personagem do Coronel Aureliano Buendía (Gilard, 1981:30), que não aparece tão somente como uma caricatura de um caudilho, nativista, pois compõe traços estensíveis a outros líderes políticos da América do Sul, inclusive posteriores a Uribe Uribe.

No mecanismo de “ilusão biográfica” explicitado por Bourdieu (1998), o ator social age em uma pluralidade de campos, simultaneamente. Uribe Uribe é um exemplo da tensão entre o protagonista, enquanto personificação complexa e contraditória da construção do socialismo de Estado, quando as instituições centralizadoras são forjadas como outra face dos vínculos patrimonialistas. Neste embate fragmenta-se a biografia individual, traduzida pela “constante variação dos tempos, pelo recurso a incessantes retornos e pelo caráter contraditório, paradoxal, dos pensamentos e da linguagem” (Levi, 1998: 170). O protagonista é reconstruído dentro de diferentes referenciais, dependendo do ponto de vista. Em uma perspectiva dialógica, opera-se uma troca de pontos de vista, na qual o escritor/observador Garcia Márquez, ao configurar o Coronel Buendia, fornece pistas para a interpretação do inconsciente histórico na Colômbia.

Na busca de desvendar os motivos da sua morte, em 1914, as razões diversas se esvaem, na identificação dos interesses em jogo, dentro de uma tecitura social. Seu assassinato aparece como um rito político no qual os mais distintos atores se afiguram como suspeitos de um ato de supressão do pai fundador (Freud, 1965). As suas obras, que neste caso exprimem a consagração de seu discurso político, aparecem como solidificação do mito como experiência do homem, no aprimoramento da “arte de exprimir, e isto significa organizar os instintos mais profundamente enraizados, e suas esperanças e temores” (Cassirer, 1976: 64).

A trajetória de Uribe Uribe aparece relacionada com as diversas facetas do desmantelamento, como um castelo de cartas, da idéia de identidade nacional na Colômbia. Esta trajetória consiste em um “caso extremo” (Levi, 1998: 180), através do qual se lança luz sobre as margens do campo social relacionado com o mito do Estado Nacional e com discurso sobre a soberania nacional, na Colômbia. Ou seja, o campo social da emergência de redes de relações, alinhamentos, e fissuras sociais, constitutivo do contexto histórico da reflexão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abel, Christopher - Política, Iglesia y Partidos en Colombia. Bogotá, Universidad Nacional, 1989.

Bethell, Leslie - Cambridge History of Latin America vol .IV Cambridge University Press. 1989

- Cambridge History of Latin America vol .IV. Cambridge University Press, 1993

Bourdieu, Pierre - “A Ilusão Biográfica” - Usos & Abusos da História Oral. Rio, Fundação Getúlio Vargas. 183-191, 1998.

Cassirer, Ernst - O Mito do Estado - Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Eastman, Jorge Mário - “Presentacion” Rafael Uribe Uribe. Obras selectas. Tomo I. Bogotá, Imprenta Nacional. 7-23, 1979.

Faulhaber, Priscila - O Navio Encantado. Belém, Museu Goeldi, 1987.

“A territorialidade Miranha nos rios Japurá e Solimões e a fronteira Brasil-Colômbia” Belém, Boletim do Museu Goeldi, Série Antropologia 2(12). Pag. 279-303. 1996

Foucault, Michel - Em Defesa da Sociedade. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Freud, Sigmund - Totem et Tabu. Paris, Payot, 1965.

Gilard, Jacques - "Prólogo". Textos do Caribe. Rio de Janeiro, Record.Pag. 5-44.

Levi, Giovanni,1981.- "Os Usos da Biografia" - Usos & Abusos da História Oral. Rio, Fundação Getúlio Vargas.167-182, 1998.

Lima, Antônio Carlos de Souza - Um grande cerco de paz- Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes,1995.

Márquez, Gabriel Garcia - Cheiro de Goiaba. Conversas com Plinio Apuleyo Mendoza. Rio de Janeiro, Record, 1982.

Cien Años de Soledad. Bogota, Nobel, 1982.

Olarte Camacho, V. - Las crueldades en el Putumayo. Bogotá, Imprenta Nacional(1º ed: 1911),1932.

PINEDA, Roberto "La reivindicación del indio en el pensamiento social colombiano(1850-1950)"Un Siglo de investigación social: Antropología en Colombia"(org: FRIEDEMANN, N.S.& AROCHA, J.).Bogotá, Presencias,1984.

Robuchon- En el Putumayo y sus afluentes . Lima, Imp. La Indústria, 1907

TAUSSIG, Michael, Shamanism, Colonialism and the Wild Man - A Study in Terror and Healing. Chicago and London University of Chicago Press,1987.

Uribe Uribe, Rafael - "Vítimas de la Casa Arana por asesinato" Extraído de Por la América del Sur, do Gal Rafael Uribe Uribe. Assinado em Manaus, julho de 1907 . em: Olarte Camacho(org.) Las crueldades en el Putumayo. Bogotá, Imprenta Nacional(1º ed: 1911).

- Obras Selectas Tomo I. Bogotá, Prensa Nacional. 1979.